

XII REUNIÃO DA CIJC (Panamá, 2018)

Relatório da Secretaria Permanente

Suas Excelências, Distintos Magistrados, Ministros e Juízes Constitucionais que estão connosco,

Pela primeira vez desde que o plenário da Conferência me confiou a Secretaria Permanente em julho de 2016, cabe-me, em conformidade com o mandato previsto nos Estatutos, dar conta do trabalho iniciado e realizado desde a reunião anterior até à data, o que tenho o prazer de fazer. Para o efeito, passarei em revista as tarefas que me foram confiadas pela Conferência na sessão anterior realizada em Lima:

- a) Antes de mais, a Conferência reiterou o seu interesse em continuar a publicar os documentos e actas de cada uma das suas reuniões, como forma de enriquecer o debate jurídico e a justiça constitucional nos nossos países. Bem, tenho o prazer de dizer que, em conformidade com esta primeira missão, o livro que contém os anais da XI reunião da Conferência, realizada em Lima de 28 a 30 de junho e 1 de julho de 2016, sob o título "Estado Constitucional e Desenvolvimento Económico", já foi publicado e distribuído hoje aos participantes.

- b) Em segundo lugar, devo destacar a importância da realização de reuniões e seminários de interesse para os sistemas de justiça constitucional ibero-americana, em conformidade com o artigo 27 dos nossos Estatutos, que prevê a organização pela Secretaria Permanente de acções complementares de formação com o objectivo de reforçar a rede ibero-americana de justiça constitucional. Os seminários que, desde a reunião anterior da Conferência, foram organizados em colaboração com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID), inserem-se neste âmbito de ação:

O primeiro seminário, intitulado "A Execução de Sentenças Constitucionais", realizou-se no Centro de Formação em Antígua, Guatemala, de 20 a 22 de junho de 2016.¹

¹ Participaram na reunião representantes dos Tribunais do Chile, Colômbia, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Panamá, Peru, Espanha e Guatemala.

O segundo seminário foi sobre "A figura do referendário ou conselheiro dos Tribunais, Cortes e Câmaras constitucionais da Ibero-América", realizado no Centro de Formação em Cartagena das Índias de 31 de outubro a 2 de novembro de 2016.²

Foi realizado um terceiro seminário no Centro de Formação de Cartagena das Índias de 3 a 5 de abril de 2017 para estudar a jurisprudência constitucional ibero-americana sobre a "protecção dos direitos das pessoas com deficiência".³

Finalmente, foi realizado um quarto seminário sobre "Protecção Multilateral dos Direitos Humanos" no Centro de Formação de Antígua, de 5 a 7 de junho de 2017.⁴

Nos próximos dias receberão um convite para participar num próximo seminário em Montevidéu, que em julho abordará a questão dos "Tribunais Constitucionais e Cortes como garantes dos processos eleitorais".

Gostaria de agradecer à Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID) pelo apoio que tem prestado à Conferência desde 2005, o que se tem reflectido, desde então, na realização de seminários como os que acabei de mencionar. E, convencidos da utilidade destas reuniões, estamos a estudar a possibilidade de aumentar o número de seminários realizados anualmente a três.

- c) Em terceiro lugar, na nossa reunião anterior, a Conferência salientou também a necessidade de continuar e reforçar a sua página web como meio de troca de trabalho, experiências e problemas dos vários Tribunais, Cortes e Câmaras constitucionais.

A este respeito, tenho o prazer de anunciar o lançamento, a partir de ontem, do novo website da Conferência (www.cijc.org), que contém toda a documentação interna da Conferência, bem como a que emana dos encontros e seminários patrocinados pela Conferência e das publicações a que deram origem desde 1995, quando se realizou o nosso primeiro encontro

² Com a participação dos Tribunais do Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai.

³ Participaram representantes dos Tribunais do Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Portugal, Espanha, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, Portugal, Espanha e Uruguai.

⁴ Com a participação de representantes dos Tribunais da Bolívia, Colômbia, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai.

em Lisboa. Além de conter uma história documentada de mais de duas décadas, o novo website pretende ser um ponto de encontro. Se o propusermos, pode ser um instrumento eficaz para facilitar o intercâmbio da jurisprudência dos nossos Tribunais sobre áreas temáticas de interesse comum, para o que vos peço, como previsto nos nossos Estatutos, que cada Tribunal designe uma pessoa de ligação para ser responsável pelo fornecimento periódico dessa documentação.

Estas são, em resumo, as actividades realizadas pela Secretaria Permanente desde a última reunião da Conferência, que submeto à consideração do plenário.

Muito obrigado.

Cidade do Panamá, Panamá, 16 de Maio de 2018.

Pedro José González-Trevijano Sánchez